



# USP corta salários acima do teto de 320 servidores

Instituição passará a respeitar limite definido pela Constituição a partir deste mês; economia será de R\$ 6 milhões por ano

Paulo Saldaña



A Universidade de São Paulo (USP) vai cortar ganhos de 320 servidores que recebem acima do teto constitucional, limitado pelo salário do governador – hoje fixado em R\$ 20.662,00. A medida vai provocar uma economia de cerca de R\$ 6 milhões por ano.

O grupo inclui professores, funcionários técnico-administrativos e aposentados. Como a Emenda Constitucional que define o teto é de 2003, a USP decidiu que apenas gratificações e outras verbas incorporadas depois daquele ano serão levadas em conta no cálculo do limite. Dessa forma, a universidade ainda manterá servidores que recebem mais do que o governador.

A reitoria não soube informar quantos são os servidores que permanecerão com esse nível de salário. A medida também

não terá caráter retroativo.

A instituição vai passar a respeitar o limite salarial definido pela Constituição a partir do pagamento deste mês, que será realizado na segunda-feira. Deverão ser levadas em conta para o cálculo do teto as gratificações concedidas após 2003, acumulações remuneradas e também pagamento de horas extras. O comunicado da reitoria foi revelado ontem pelo jornal *Folha de S.Paulo*.

Neste ano, o Tribunal de Contas do Estado (TCE) contestou salários acima do teto nas folhas de 2008 e 2011, o que colaborou com a reprovação das contas da universidade. Com relação à folha de 2011, o TCE havia citado 167 professores que recebiam mais do que o gover-

nador. A lista inclui o ex-reitor João Grandino Rodas e o atual dirigente da USP, Marco Antonio Zago – que recebia na ocasião cerca de R\$ 5 mil a mais do que o governador.

Em abril deste ano, a reitoria havia informado que a USP já aplicava o teto salarial desde 2012. Agora, afirma que esse cálculo levava em conta apenas os salários, excluindo as gratificações. A atual decisão da reitoria incluiu as gratificações para o cálculo do limite.

**Crise.** Ao contrário do que faz outros órgãos do governo, a USP não divulga a lista de salários de seus servidores – já tendo recusado pedidos da reportagem por meio da Lei de Acesso à Informação. O limite salarial na universidade tem sido tema de polêmica nos últimos anos e veio à tona neste ano pelas auditorias do TCE e também pela crise financeira vivida pelas universidades estaduais, mas sobretudo pela USP.

Hoje, a folha de pagamento da universidade representa



NELTON FUKUDA/ESTADÃO - 22/11/2014

**Mudança.** Medida atinge professores, funcionários técnico-administrativos e aposentados

10,4% do seu orçamento. A instituição já cortou 30% de gastos com custeio no orçamento, além de ter congelado reajuste dos servidores de maio a setembro – o que provocou uma greve de quatro meses.

Diretor do Sindicato dos Trabalhadores da USP (Sintusp), Magno de Carvalho afirma que é a favor do teto constitucional e critica a falta de transparência da instituição com as contas. “É estranho esse anúncio, uma vez que a reitoria e o próprio reitor garantiram em diversas ocasiões que ninguém recebia acima do teto na universidade”, diz ele.

Segundo a USP, a decisão de limitar os salários ao teto constitucional ocorreu após os posicionamentos do TCE e também de estudos da Procuradoria-Geral da universidade.

## Reitores das estaduais querem ampliar teto salarial

Apesar da crise e da decisão de corte de gastos na Universidade de São Paulo (USP), os reitores das três estaduais encaminharam ofício ao governo do Estado, pedindo ampliação do teto salarial. Conforme revelado pelo Estado no mês passado, o conselho de reitores pede que o teto seja 90,25% do salário dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), o que corresponde hoje a R\$ 26.589. O limite previsto pela Constituição de São Paulo é o salário do governador, atualmente em R\$ 20.662.

O argumento dos dirigentes é de que essa medida garantiria atratividade e a permanência de referências acadêmicas no ensino superior estadual. Além da iniciativa privada, que costuma pagar salários mais altos a profissionais de alta qualificação, o teto remuneratório dos docentes das federais é maior.

O pedido no conselho, entretanto, é de que a regra seja mudada para todos os Executivos municipais e o Estadual, o que teria grande impacto nos cofres públicos. O ofício ainda está sob análise da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Ciência e Tecnologia. O documento também será discutido juntamente com a proposta orçamentária de 2015 na Assembleia Legislativa.



**NA WEB Portal.** Leia outras notícias sobre educação

[estadao.com.br/e/educacao](http://estadao.com.br/e/educacao)